



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150868 - SC (2021/0234101-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : A T B (PRESO)
ADVOGADO : JONAS DE SOUZA - SC034034
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por A T B contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n.).

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado como incurso no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013, c/c o art. 1º, parágrafo único, inciso V, da Lei n. 8.072/1990, em virtude da participação, em tese, no assalto praticado contra o Banco do Brasil S/A, em Criciúma, no mês de novembro de 2020.

Sustenta que os pleitos formulados em resposta à acusação não teriam sido apreciados pelo magistrado singular, violando os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Aduz que o acesso às provas e a possibilidade de verificar, conferir e periciar tudo o que foi alegado contra si constituiria direito fundamental, que não poderia ser negado.

Afirma que as decisões que negaram a sua liberdade provisória não apontariam a sua participação nos fatos, mencionando genericamente a grande repercussão do caso.

Requer, liminarmente e no mérito, seja determinado ao magistrado singular que se manifeste sobre os requerimentos da defesa em resposta à acusação, bem como lhe seja concedido o direito de responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a postergação da análise dos pleitos formulados na resposta à acusação e para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 39-47):

Versam os autos originários (5002672-55.2021.8.24.0020) sobre a suposta prática do crime de organização criminosa, com tipo penal disposto no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013 c/c art. 1º, parágrafo único, inciso V, da Lei n. 8.072/1990.

Os autos de origem supracitados dizem respeito à organização criminosa responsável pelo roubo ocorrido na Tesouraria Regional do Banco do Brasil, na cidade de Criciúma/SC, na qual como é de notório conhecimento, dezenas de elementos fortemente armados ocuparam a região central da cidade e mediante extrema violência e técnicas de contenção,

efetuaram o maior roubo da história do Estado de Santa Catarina.

O paciente, no recebimento da denúncia pelo delito de organização criminosa, teve sua prisão preventiva determinada pela autoridade singular, a qual restou devidamente cumprida.

Para a determinação da medida extrema, a autoridade singular apontou os elementos de autoria baseados nas diversas investigações policiais. Sobre o periculum libartatis, o juiz de origem elencou a periculosidade do paciente na arquitetura, em tese, de condutas relacionadas à logística da organização criminosa responsável pelo assalto ao Banco do Brasil de Criciúma. Citou também suposto conluio do paciente com a respectiva organização de alta periculosidade e seu alto poder de fogo, com as devidas circunstâncias em que o assalto ocorreu. Fundamentou ainda o modus operandi de extrema violência da empreitada criminosa perpetrada pela organização criminais.

Ademais, constou que o decreto cautelar era igualmente necessário para o resguardo da aplicação da lei penal, em decorrência da alta quantia pecuniária subtraída, o que, ao seu sentir, poderia favorecer a evasão do paciente (Evento 4 – ação penal de origem):

No que se refere ao fumus comissi delicti, a prova trazida aos autos, notadamente por meio do Inquérito Policial apenso, revela a existência de materialidade e autoria delitiva.

Isso porque há prova da ocorrência de fato típico, ilícito, culpável e indícios suficientes para imputabilidade perfuntória da autoria aos agentes (a fim de evitar tautologia, v. autos do IP ev. 01, documento 12 em diante, onde há indicações acerca da conduta praticada por cada denunciado).

Além do mais, os crimes em discussão são de grande dimensão, especialmente em razão do número de envolvidos, alto poder bélico utilizado na empreitada criminosa, utilização de explosivos e armas bélicas, além de um complexo plano de fuga.

Indiscutível, diante disso, que o delito tenha exigido complexa organização, com divisão de tarefas, bem como alto suporte financeiro, com pelo menos meses de planejamento.

As circunstâncias do crime, como se nota, revela, por si só, a periculosidade e a frieza dos agentes, os quais se reuniram e arquitetaram o crime previamente, agrupando pelo menos trinta indivíduos

para sua execução. Tal periculosidade está representado pelo alto poder de fogo e destruição dos armamentos utilizados na empreitada criminosa.

Ainda, como se verifica na investigação policial, os envolvidos realizaram diversos disparos nesta Urbe, em locais residenciais, realizaram explosões, incendiaram veículos, bem como trancaram estradas a fim de impedir o acesso de equipes de apoio policial, causando verdadeiro pavor na Cidade. Referidos fatos, pois, denotam o grau de periculosidade, mostrando-se necessária a segregação cautelar dos acusados para garantia ordem pública.

Aliado a isso, estima-se que a quantia subtraída gire em torno de 125 milhões de reais, demonstrando que o bando criminoso possui condições suficientes de financiar possível evasão, como bem destacado pelo Ministério Público.

Assim, verifico que as circunstâncias do caso não aconselham a concessão de medidas diversas da prisão, pois seriam insuficientes para acautelar a prática de novos delitos.

Ante o exposto, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público e, como consequência, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos denunciados A. S. S. A., A. T. B., E. A., K. R. D., M. P. C. e S. C. S. DE O..

Posteriormente, a defesa requereu a revogação da prisão preventiva, apontando, dentre outros argumentos, o de não se fazerem presentes elementos mínimos de autoria (Evento 32 – ação penal de origem).

A autoridade singular denegou o pleito, fazendo remissão aos fundamentos pretéritos, bem como apontou, especificamente quanto ao paciente, o fato de ter recebido uma mala com conteúdo sigiloso de A. S., este último apontado como autor intelectual da empreitada criminosa. Não fosse isto, o juízo singular elencou ligações diretas do paciente com o veículo Ford/Cargo, placa PKG 4576. O supracitado automóvel, conforme o juízo a quo, foi utilizado para dar fuga aos criminosos que efetuaram o roubo ao Banco do Brasil de Criciúma. Outrossim, elencou o fato de que o supracitado caminhão esteve em Três Cachoeiras/RS, local em que haviam objetos provavelmente utilizados no roubo. Por fim, fundamentou que quando o paciente restou detido pela Polícia, o mesmo estava com a pessoa de A. J. V., o qual há elementos de que tinha a posse do Ford/Cargo antes do assalto, e é igualmente

apontado como participante da organização criminosa responsável pelo roubo. Quanto aos periculum libertatis, o juízo singular reiterou toda a periculosidade social do paciente e das condutas apuradas, conforme apontado em decisão anterior já citada neste voto (Evento 132 – ação penal de origem):

2. Pedidos de revogação da prisão preventiva e/ou concessão da prisão domiciliar

a) A. T. B. (ev. 32)

A prisão preventiva do acusado foi decretada no ev. 04. A defesa, por sua vez, requereu, no ev. 32, a revogação da medida sob o argumento de que não foram preenchidos os requisitos autorizadores da prisão preventiva. Ainda, sustentou que o acusado não apresenta perigo para a instrução criminal porque, no caso concreto, (i) trabalha em home office e também não sai de casa em razão da pandemia do Coronavírus; (ii) tornou-se o patriarca da família tendo em vista que seu pai e irmão faleceram em decorrência da Covid-19, tendo como dependentes sua mãe, esposa e dois filhos menores; (iii) está em estágio de pré-operatório e vai precisar refazer a cirurgia porque houve uma rejeição por ser portador de diabetes; e (iv) a autoridade policial não conseguiu demonstrar que o acusado integra organização criminosa. No mais, alegou que o denunciado é pessoa idônea, desempenha atividade lícita há anos e está matriculado em uma faculdade de Direito.

Inicialmente, noto que a decisão do ev. 04 apontou os requisitos autorizadores da prisão preventiva e, a fim de evitar tautologia, destacou os autos do Inquérito Policial (5002058- 50.2021.8.24.0020), onde há informações acerca da conduta individualizada do acusado. Presentes os requisitos autorizadores da medida, portanto.

Especialmente em relação aos fatos apurados, verificou-se que A. T. B., sogro do acusado G. W., também denunciado no presente feito, recebeu uma mala com pertences de A. S.. O fato foi corroborado por B.B., companheira de A. S. e indicou que o acusado intentava ocultar ou destruir vestígios relacionados à organização criminosa.

Vale destacar que, durante as

investigações, a autoridade policial pontuou também a existência anterior de relações ilícitas realizadas pelo acusado A. e por A. S., demonstrando que se conheciam e, ao que tudo indica, já atuavam em conjunto.

No mais, o liame entre os denunciados e o fato criminoso investigado também se reforça porque a autoridade policial identificou a rota traçada por um dos veículos utilizados na fuga dos acusados (Ford/Cargo, placas OKG 4576) até uma residência localizada no Município de Três Cachoeiras/SC. No local foi encontrada uma Ducato com comunicação de venda ao denunciado G. W. (genro de A.). Ainda, o caminhão de placas OKG 4576 teria ficado sob os cuidados de A. J. V., o qual foi preso na companhia de A. quando conduzia outro caminhão no dia 03/12/2020, logo após o assalto.

Portanto, os indícios acerca da autoria e materialidade são robustos e suficientes para justificar a manutenção da prisão preventiva.

O periculum libertatis ficou demonstrado na decisão do ev. 04 notadamente em razão da periculosidade dos agentes que cometeram o delito e pelas circunstâncias do crime (ação complexa, planejada, com participação de mais de trinta envolvidos, evidente organização e divisão de tarefas, além do alto poderio de fogo), razão pela qual a segregação se mostra necessária.

Em relação aos novos argumentos trazidos pela defesa no ev. 32, a ?m de revogar a prisão preventiva, deixo de acolhe-los.

Embora seja lamentável o fato de o pai e o irmão do acusado terem falecido em [...]

Diante de tudo isso, **indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva e mantenho a segregação do acusado A. T. B..**

Irresignada, a defesa do paciente novamente requereu a revogação do decreto construtivo (Evento 200 – ação penal de origem), ao passo que o juízo singular fez remissão às decisões anteriores (Evento 239 – ação penal de origem).

E são estas as decisões quanto à prisão preventiva que se insurge o impetrante, argumentando inicialmente que o último decreto construtivo não possui fundamentação direta quanto à autoria do paciente.

Todavia, há de se dizer que não carece de

fundamentação o decreto construtivo que faz remissão às decisões pretéritas, porquanto, caso contrário, traria um ônus excessivo à autoridade judicial, ao necessitar realizar longas digressões sobre assuntos constantemente decididos sem alterações fáticas.

[...]

Assim, inexistente nulidade na decisão impugnada por suposta ausência de fundamentação quanto à autoria, porquanto esta fez remissão aos fundamentos de decisões anteriores que citaram especificamente, condutas criminosas em tese cometidas pelo paciente, como fundamentos de fumus comissi delicti, o que esta Câmara Criminal entende por suficiente.

No ponto, destaca-se que as decisões anteriores apontaram, dentre outros argumentos, ligações diretas do paciente com o automóvel utilizado para fuga dos assaltantes ao Banco do Brasil de Criciúma, bem como com pessoas e objetos que igualmente teriam relação com a organização criminosa responsável pelo assalto.

Em sequência, o impetrante aponta a ausência de autoria para o decreto construtivo, bem como a possibilidade de fixação de medidas cautelares diversas.

Entretanto, razão não lhe assiste.

Prima facie, cumpre esclarecer que o Habeas Corpus é um remédio constitucional de natureza excepcionalíssima que serve estritamente para aferir a legalidade do comando que privar ou ameaçar privar a liberdade de locomoção do indivíduo, não sendo possível a análise exaustiva das provas e das peculiaridades do caso concreto.

Assim, a comprovação ou não da autoria delitiva, de forma inequívoca, compete à ação penal.

Dito isto, com relação aos pressupostos do fumus comissi delicti, aqui traduzidos como boas provas da materialidade e indícios suficientes da autoria, tem-se as longas investigações realizadas pelas equipes investigativas das polícias civil e militar, que trazem elementos indiciários fortes da participação do paciente na organização criminosa.

No ponto, destaca-se que as investigações policiais apontam que o veículo Ford/Cargo, placa PKG 4576, foi utilizado para a fuga dos criminosos que efetuaram o assalto ao Banco do Brasil.

Em decorrência das investigações, descobriu-se que a pessoa de A. J. V.

teria realizado o transporte e guarda do referido caminhão nos dias que antecederam ao assalto.

Ouvido por policiais militares, A. J. V. relatou que presta serviços de transporte para o ora paciente, e que foi buscar o referido caminhão a mando do corréu da ação penal G. W., após expressa autorização do paciente. A. J. V. relatou ainda que o paciente possui como sócio A. S., apontado pelas

investigações como o mentor intelectual do assalto (5002058-50.2021.8.24.0020, Evento 1, INQ5, Página 65).

O paciente, quando ouvido pelos policiais, disse que não mantinha qualquer vínculo com A. S., o conhecendo apenas de festas, situação esta incompatível com o relato de seu prestador de serviço, o qual apontou conforme constante acima, que eram sócios. Ademais, sobre a prisão da pessoa de V. A. dos S. na cidade de Três Cachoeiras/RS, o qual estava em posse de objetos supostamente utilizados no roubo, inclusive explosivos (5002058-50.2021.8.24.0020, Evento 1, INQ9, Página 5), disse o paciente que V. A. dos S. apenas fazia serviços "freelancers" para si (5002058- 50.2021.8.24.0020, Evento 1, INQ5, Página 66).

G. W. correu da ação penal originária, quando preso na cidade de Blumenau ao utilizar um nome falso para hospedagem em uma pousada, foi encontrado com R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) em dinheiro vivo, não sabendo informar a procedência.

Em conversas de G. W. com as equipes BOPE/COBRA na Delegacia de Polícia, A. teria dito que estava fugindo a mando do paciente, e que para isto recebeu dinheiro em um envelope do Banco do Brasil. G. W. teria dito ainda que recebeu uma ligação anônima no dia 04/12/2020 sendo ameaçado de morte caso falasse a verdade (5002058-50.2021.8.24.0020, Evento 1, INQ5, Página 67).

Por fim, B., esposa de A. S. (mentor intelectual do assalto) disse que recebeu determinação de entregar uma mala pertencente ao seu marido para o paciente, sem que tenha conhecimento do conteúdo (5002058-50.2021.8.24.0020, Evento 1, INQ13, Página 7).

*Em suma, percebe-se há robustos elementos indiciários de autoria em face do paciente, mais especificamente: **a)** a ligação direta do paciente com o mentor intelectual do assalto em sociedades empresariais, ainda que haja ligação de parentesco; **b)** determinações do paciente à prestadores de serviço relacionados à busca e guarda do caminhão utilizado para evasão dos assaltantes do banco; **c)** o encontro de detonadores explosivos em local onde o caminhão passou, além da apreensão de roupas com sangue, no Estado do Rio Grande do Sul; **d)** a determinação do paciente à correu para que se evadisse, entregando-o dinheiro em espécie em envelope do Banco do Brasil.*

Desta feita, resta cumprido o requisito de materialidade e indícios de autoria.

Sobre os pressupostos do periculum libertatis, compreendidos como os elementos do caso concreto que revelam o perigo oferecido pelo estado de liberdade do paciente, destaca-se o risco à ordem pública que é extraído do modus operandi e da

gravidade concreta da conduta A organização criminosa responsável, em tese, pelo roubo à Tesouraria Regional do Banco do Brasil de Criciúma, executou o delito de maneira extremamente grave, com a participação de dezenas de agentes, uso de armas de fogo de grosso calibre, capazes de derrubar até mesmo aeronaves.

O desrespeito da referida organização criminosa com a segurança pública foi tão grande que um Policial Militar restou gravemente referido (com sequelas permanentes) e a corporação policial restou alvejada e atacada, por meio de veículos incendiados, que impediram que agentes públicos pudessem cumprir seu papel de garantidores da segurança dos cidadãos.

Diversos trabalhadores que labutam na madrugada, como na pintura de faixas de pedestres e meio fios, foram obrigados a servir de barreira humana para o impedimento de intervenção policial, tendo suas vidas sido colocadas em risco.

Não é de se desconsiderar ainda, como muito bem apontado pelo juízo singular, que o roubo ocorreu em região central da cidade, com diversas edificações residenciais, e que as constantes rajadas de tiros perpetradas pela organização criminosa, que em tese o paciente integra, poderiam atingir cidadãos inocentes, e que certamente seriam ao menos gravemente lesionados.

O fato do crime de organização criminosa não ter a violência ou grave ameaça em si no tipo penal, não não permite a concessão da ordem como requer o impetrante, visto que as condutas praticadas pela organização criminosa foram de extrema violência.

Também, não se está a falar em presunções, tendo em vista que a referida organização criminosa demonstrou excessiva periculosidade, havendo por este motivos motivos mui suficientes para a segregação cautelar dos envolvidos para a paz social.

Ademais, os criminosos teriam levado ao menos R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), valor extremamente elevado e que pode favorecer a evasão dos envolvidos caso seja-lhes afastada a segregação cautelar.

Neste ponto, restou apreendido caderno de anotações com ex-funcionário do paciente, o qual constam anotações de pagamentos de elevadas quantias pecuniárias em dias anteriores ao assalto, à diversas pessoas, o que mostra o enorme poderio financeiro da organização criminosa (5002672-55.2021.8.24.0020, Evento 29, REL_MISSAO_POLIC12, Páginas 5/13).

Vislumbra-se assim, que o modus operandi da organização criminosa foi de exacerbada violência e complexidade, sendo de extrema necessidade a manutenção da prisão preventiva dos participantes da

organização criminosa do referido assalto para que tais situações não se tornem rotina.

Outrossim, o paciente teria ligação direta com o caminhão utilizado para evasão dos assaltantes, o que denota, a priori, em elevada periculosidade e articulação do mesmo com outros elementos, até mesmo ainda não identificados pelos órgãos de segurança pública.

Ainda, tem-se que um roubo como o ocorrido na Tesouraria Regional do Banco do Brasil necessita de longo planejamento, especializações em diversas áreas, havendo por imperiosa a segregação cautelar para desarticular toda a organização criminosa, impedindo a prática de novos delitos como os em análise.

No ponto, destaca-se que ao contrário do que argumenta o impetrante, a gravidade concreta da conduta é elemento apto para a segregação cautelar.

[...]

Assim, há a imperiosa necessidade de manutenção da prisão preventiva, ante a notória gravidade concreta da conduta atribuída, em tese, ao paciente.

Por todos estes motivos, tem-se que "havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública" (AgRg no RHC 140.651/PB, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/02/2021, DJe 26/02/2021).

Desta feita, impossível a aplicação de medidas cautelares para o caso em concreto, tendo em vista a periculosidade social do paciente, não havendo falar em constrangimento ilegal.

De outra banda, em relação à suposta não análise dos pedidos de produção probatória realizados pelo paciente, em sede de resposta à acusação, tem-se que melhor razão não socorre ao impetrante.

É que, em que pese entendimento diversos, como o da própria Procuradoria-Geral de Justiça no sentido de conceder parcialmente a ordem para determinar a imediata análise dos pedidos defensivos, tem-se que o juízo singular não omitiu-se em analisar os pedidos, mas tão somente apontou que: "No que tange às respostas às acusações, deixo para recebê-las em momento oportuno, quando houver manifestação de todos os acusados, a fim de não tumultuar o feito."

Nesta toada, percebe-se que as respostas à acusação nem mesmo foram recebidas e que todos os pedidos de produção probatória, de todos os réus, serão devidamente analisados após a apresentação da peça inicial defensiva de todos os acusados.

Sob este enfoque, não se pode desconsiderar que a ação penal de origem possui 18 (dezoito) réus, sendo um processo de altíssima complexidade, ao passo que se torna oportuno que o andamento processual e

a análise singular ou conjunta dos pedidos defensivos seja de discricionariedade do juízo singular, para que não ocorra, como a própria autoridade impetrada apontou, o tumulto do feito.

Assim, não vislumbra-se a existência de constrangimento ilegal, levando em consideração que a autoridade singular já consignou que analisará todos os pedidos defensivos em conjunto.

Registra-se que tal situação não impede, no futuro, que o ora paciente provoque este Órgão Fracionário, em caso de não análise dos pedidos defensivos ou de eventual indeferimento de prova que aparente ser oportuna e efetiva, para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência